

# **MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS**

## ***EDIMILSON MARCHIONI***

### **Promotor de Justiça aposentado na entrância especial**

#### **1 – Por que escolheu ser Promotor?**

Conheci o promotor no tempo em que ele atuava na sala do juiz. Ambos na mesma sala, e percebia o desempenho do promotor no trato daquelas questões que ocorrem em uma sala de audiência. Aliás, naquele tempo o promotor muitas vezes fazia audiência no lugar do juiz, quando este necessitava ausentar-se. Isto na Capital. No interior o promotor tinha muito respeito e a sua importância jurídica e social se revelava no crime, notadamente no júri. Desta impressão geral e principalmente no júri interiorano e depois na Capital ostentando um perfil que se destacava por promover a justiça. O que muito contribuiu na escolha foi a observação quando eles estavam em vários, a postura que demonstravam como conhecedores do Direito e como idealizadores de Justiça. Assim também observei com aqueles que foram meus professores na Faculdade e em outros cursos jurídicos. O somatório destes detalhes foi que me levou à escolha desta carreira.

#### **2. Como foi o concurso, qual o número do mesmo?**

O concurso foi o VI Concurso Nova Fase 1986.

O edital de abertura se deu em março de 1986. A prova preambular se deu no dia 08.07.86. Prova escrita em 09.08.86. Exame psicotécnico em 13.09.86, e a prova oral teve início em 26.09.86, terminando em 28.11.86. A nomeação se deu em 12.12.86, com a posse solene em 23.12.86

Interessante que após a primeira prova – a preambular -, tratava-se de uma turma onde reinava um certo afeto, uma certa homogeneidade, o que se deu até o final. Parecia uma turma unida. Até os componentes da banca examinadora somava-se a constituir uma unidade em busca de algo gratificante.

De se ressaltar que após o resultado da prova preambular, sobreveio a prova escrita onde saíram vitoriosos 122 candidatos. Foi este mesmo número que compareceu ao exame psicotécnico e ao exame oral, não havendo a ausência de um candidato sequer.

A prova preambular foi realizada na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, a prova escrita na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o Exame Psicotécnico na Academia de Polícia e as provas orais foram realizadas no Auditório Queiroz Filho da Procuradoria Geral de Justiça. Inclusive a posse solene foi neste mesmo local

### **3. Como foi a primeira experiência como substituto?**

A experiência como substituto pode-se dizer que foi dolorosa. O início do exercício também foi no início do mês de janeiro, tratando-se de férias forenses, quando então os titulares ou os mais velhos não estão. Foi a turma que não teve qualquer preparação ou cursinho a respeito do início da carreira. Inclusive o Sr. Diretor da época dizia que nós iríamos sofrer muito.

Iniciei na Comarca de Santo André, ficando sozinho com todas as varas criminais, salvo engano em número de cinco, mais a do júri. Certo que no mês de janeiro, somente os processos de réus presos é que tramitavam. Mas com este número de varas, haja réu preso. Também todos os processos de execução penal, e todos os processos de menores. Imagina o sufoco para quem era advogado de Banco.

Houve muitas mudanças de um lugar para outro. De Santo André foi prestado serviços em São Caetano do Sul, Itaquaquecetuba, Mauá, Curadoria de Família e Sucessões, Equipe de Furto e Roubo, Precatórias Cíveis, Criminais, novamente Santo André, etc.

Foi uma experiência guerreira, até certo ponto desumana, principalmente em Santo André. Mas também um período onde se conheceu muitos colegas do Ministério Público e muitos juízes, além de pessoas fantásticas dos cartórios forenses.

#### **4. Qual foi a primeira comarca?**

A primeira comarca foi Valparaíso. Ainda não se era vitaliciado, o que veio a ocorrer somente na segunda comarca, qual seja, Santa Cruz do Rio Pardo. Isto ocorreu no geral, talvez em virtude da necessidade de promotores.

#### **5. Como foi a experiência na comarca e relate as outras (acumuladas também)?**

A experiência foi interessante. De início, saindo da Capital e adentrando uma cidade e comarca pequena, quer queira, ou não, o promotor passa a ter um destaque naquela sociedade. Destaque no sentido, diga-se sociológico. Porque lá existe ele promotor, o juiz, o prefeito, o padre, o delegado e um ou outro fazendeiro com a sua repercussão natural. De forma que o comportamento sofre mutação, deve ser mais policiado, discreto e voltado para uma formalidade mais respeitosa. Nesse sentido foi uma experiência.

Os casos particulares que se atende tem outro sentido, outro enfoque. No mesmo sentido a questão dos menores. As pessoas têm mais perfil agropecuário, ou melhor, mais agrícola, mais rural, ainda que pobres, os sentimentos e comportamentos são outros. A pessoa do promotor é muito observada e conclamada para soluções rápidas (o interiorano da época não é aliado da burocracia).

Nesta comarca foi onde realizei o primeiro júri. O segundo júri foi no dia seguinte. Há muito relacionamento com o Delegado de Polícia e o Comandante da Polícia Militar (normalmente um Sargento). Normalmente há municípios que não são comarca e deságua na comarca as várias questões diárias, com mais ênfase na Polícia e Registro Civil.

Neste sentido foram as outras duas comarcas – Santa Cruz do Rio Pardo e Assis.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, deparei-me com excesso de serviço. Havia muitos processos com vistas e de há muito tempo, até com cinco meses no gabinete. Processos de todos os tipos. Embora houvesse invariavelmente um promotor para ajudar, a carga de

serviços era desumana. Trata-se da Comarca, mais três Municípios e dois Distritos. Cuidar de tudo: todos os processos que existem numa pequena comarca, somado ao atendimento do público, visitas nas cadeias, cartórios de registro, correições com o juiz, habilitações de casamento, júri, eleitoral, imprensa. Do mais, me deparei com um povo mais litigioso, e muito mais a imprensa escrita. Por uma vez – férias forense - acumulei a segunda Promotoria de Ourinhos.

Na comarca de Assis melhorou a situação, embora fizesse júri, menores, execução penal, visitas a cadeia, habilitação de casamento, mas existiam mais três promotorias. Os plenários de júri eram bem mais pesados, tanto pela complexidade fática e jurídica como pelos advogados defensores.

#### **6. Quais as dificuldades para se trabalhar na época (telefone, transporte, situação dos fóruns)?**

As dificuldades eram as próprias da época, uma vez que a tecnologia não tinha crescido ao ponto de hoje. Era o telefone fixo, a máquina de escrever e eventual aparelho fax, todos pertencentes ao Judiciário. Aliás, certa vez fiz uma inscrição de promoção para Santa Cruz, e em atendimento aos Assessores da Procuradoria Geral, isto foi feito por fax no Banco do Brasil de Valparaíso. Os dois prédios piores foram o de Itaquaquecetuba e Santa Cruz do Rio Pardo, onde a funcionalidade era bem inconveniente. Com transporte nunca tive problemas.

#### **7. Como foram as passagens para as entrâncias (promoções e remoções)?**

A promoção para a comarca de Valparaíso se deu pelo critério de antiguidade. As demais promoções, indo para Santa Cruz do Rio Pardo, Assis, e 37º Promotor de Justiça da Capital, e a remoção para o cargo de 76º Promotor de Justiça Criminal da Capital, foram todas pelo critério de merecimento.

## **8. Quais eram o procurador-geral e o corregedor-geral da época?**

Quando da posse e início na carreira era procurador-geral de justiça, o Dr. Paulo Salvador Frontini. Corregedor-geral era o Dr. Optaciano Capistrano da Silva (e na aposentadoria era procurador-geral o Dr. Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, e corregedor o Dr. Luiz Cesar Gama Pelegrini).

## **9. Qual era o cenário político da época (se quiser descrevê-lo)?**

Na época já era o fim do Governo Militar, elaboração da constituição de 1988, falecimento de Tancredo Neves, Impeachment de Fernando Collor e assim segue. Havia um certo embate na política, dada a transição da fase militar para a democrática, de sorte que os políticos com suas tendências ideológicas estavam procurando acomodações, o que se demonstrava de início ao inserir regras e princípios na Constituição.

Em termos de exercício do cargo de Promotor de Justiça, não percebi qualquer empecilho nas atividades. Naquele tempo era muito raro uma ação por improbidade, nada chegava do Tribunal de Contas. Obviamente que movimento social de monta como apareceu depois, não tinha vez, era entendido como atos ilícitos e como crime devendo ser reprimido. No campo familiar, as questões de menores e de tóxicos eram bem pequenas. Havia mais civilismo, moral e religiosidade. Ausência de internet, menos televisão, menos direito e mais deveres e obrigações. De sorte que a comarca que tinha um Promotor, hoje tem três e ainda mais.

## **10. Se atuou no Tribunal do Júri, conte-nos a sua experiência. Outrossim, fale-nos dela na área criminal, em geral, e na cível.**

No Tribunal do Júri atuei em todas as comarcas, menos em São Paulo.

O primeiro júri e o segundo que foi no dia seguinte ao primeiro foram na comarca de Valparaíso. Foi a experiência do aprendizado, ou mais precisamente, de perder o medo, uma vez que não tinha a mínima noção de seu funcionamento. No primeiro júri da vida o réu

foi condenado. No segundo, o réu (que assistiu o primeiro) foi absolvido.

A sensação é terrível antes de iniciar. Mas depois de terminado, a vontade é de que tivesse outro de imediato. Não só nestes dois, como todos os outros em que participei. É que em cada júri, se aprende e se observa um detalhe a mais. Evidente que um é diferente do outro, até porque, muda-se o advogado, teses, etc.

Interessante que em todas as comarcas, os advogados gostam muito de estudar o promotor; foi o que percebi quando estreava na comarca com o júri; no crime em geral, não.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, o júri era relativamente ameno. Em Assis, havia muito mais dificuldade, sendo que os advogados eram pesados no ataque e de muita experiência.

No crime em geral, não tive surpresas para marcar experiência. Os delitos sempre foram os mais diversificados, mas nada de repercussão. O que acontecia, principalmente em São Paulo, é que os parentes do réu vinham até a sala de audiência, e enquanto este aguardava a chamada, havia muita choradeira, abraços, crianças que viam o pai algemado, etc., coisas assim que se tornavam desagradáveis. Era a miséria humana.

Na área cível, também extensa, não houve algum processo que chamasse a atenção. Proporcionou sim, uma grande experiência, dada a diversidade de questões.

**11. Se foi PGJ, Corregedor, Conselheiro, membro do Órgão Especial ou da Comissão de Concurso, conte-nos a sua experiência.**

Não tive nenhuma experiência nestes cargos ou encargos.

**12. Se atuou fora da carreira, fale sobre a sua experiência.**

Não atuei fora da carreira.

### **13. Como foi a aproximação da aposentadoria, e depois dela?**

A aproximação da aposentadoria se deu de uma forma um tanto melancólica, até com um misto de preocupação, por deixar uma Instituição de alto grau de respeitabilidade no seio da sociedade. São momentos de recordação e de clima de transição, seja para o total descanso, seja para uma outra luta também no campo do Direito. Nesta aproximação vem o sentimento de não ter feito melhor as tarefas, inclusive de não ter tido mais consideração para com aqueles que ficaram, a iniciar pelos que exercem os mais altos cargos, até aqueles mais humildes dos cartórios. Sente-se que o tempo passou, e isto é um tanto desconfortável.

Depois da aposentadoria, algo sempre tem a ser feito. Mesmo que se envolva na advocacia ou algum departamento jurídico ainda que de Poder Público, como ocorreu, as coisas parecem novas. Há um renovo de disposição para desempenho das atividades jurídicas. Mas uma coisa é mais certa: não se esquece de quando fazia parte na ativa, uma série de aprendizados, as pessoas/colegas que se mantinha convivência. Bem resumido, é como que se não tivesse ido para a inatividade. De sorte que se tem uma convivência quase que dupla. Sente-se Promotor de Justiça, e sente-se Advogado. Necessário um comportamento adequado para uma salutar sobrevivência.

## MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS

### EDMILSON MARCHIONI

#### PARTE II

Neste período, um tanto quanto curto de carreira no MP, algumas situações foram curiosas ou pitorescas, como por exemplo:

Quando do primeiro exercício em São Caetano do Sul, chovia em demasia. Tive que comprar um carro às pressas – foi uma Brasília usada. Entrava tanta água que mais parecia um tanque. No estacionamento do Fórum havia tanta água parecendo ser uma represa. O resto não é preciso dizer, mas concluir que mais se parecia com caçador de capivara do que com Promotor de Justiça.

Na comarca de Santo André, era o mês de férias forenses, foram dois ou três colegas já experientes para o cível. Fiquei com todo o crime – claro que só o processo de réu preso é que funcionava. Mas eram cinco varas e mais a do júri – haja réu preso. Também toda a execução penal e também todos os processos de menores. Sofá, mesas e cadeiras da Promotoria estavam todos abarrotados de processos. Somado a isso, uns dois dias de dor de dente de enlouquecer.

Na Curadoria Fiscal de Massas Falidas, onde também se fazia inventário dos bens encontrados em depósitos, barracões, etc., por vezes se deparava com ratazanas violentas e outros bichos. Tinha que fazer remoções de bens pesados e sujos. Ao fim do trabalho, quando se regressava para o Fórum Central, a perua Kombi mais parecia uma perua de boia-fria.

Na comarca de Mauá era comum mulheres procurar a Promotoria para reclamar e pedir providências contra seus maridos. No mais das vezes, comparecendo o marido e ela, constatava-se que a vítima era o marido. Tanto que um colega (Promotor) já tinha

processado uma delas porque provocou lesões em si mesma e atribuiu ao marido. Foi condenada. Tinha que ficar atento com as reclamações delas.

Na comarca de Valparaíso foi onde fiz o primeiro júri. E o segundo júri foi no dia seguinte. Quando do primeiro, o réu do segundo (fui avisado ao término do julgamento) esteve presente o tempo todo. O réu do primeiro júri foi condenado e o do segundo foi absolvido. A juíza me disse que estava com muita dor de cabeça, pois também para ela era o primeiro júri (aliás, dois, um seguido do outro).

Quando cheguei na comarca de Santa Cruz, a Promotoria estava entupida de processos com vista ao MP. Havia processo com cinco meses de vista, e de todo “tipo” – até agravo de instrumento. Além da comarca, havia também os municípios de Espírito Santo do Turvo, São Pedro do Turvo, Ipauçu e Bernardino de Campos. Só Espírito Santo que não tinha Delegado de Polícia. Do mais cada um tinha um e Santa Cruz tinha dois. Visitar todas as cadeias, todos os cartórios de registro civil e de registro de imóveis; manifestar em todas as habilitações de casamento. Fazer júri, eleitoral e atendimento ao público, imprensa local, políticos, organizadores de carnaval e outros eventos. Havia uma máquina de escrever da marca Olivetti. Depois veio mais uma máquina e um colega para auxiliar, mas a carga era em demasia que nada bastava.

Aconteceram alguns casos pitorescos. Certa vez intimei um rapaz ante a reclamação de sua mulher. Era um casal de neguinhos bastante simpáticos. Saíram da Promotoria até felizes e tudo em paz. Na rua, cada um foi para um lado – lados opostos. Nas proximidades da Vila, próximo já da residência de ambos, eles se encontraram na ponte de um riacho. Ali ele deu uma belíssima surra na neguinha que quase a matou.

Havia também uma mulher (professora) que queria ser amante de um homem viúvo, comerciante e agricultor. Todas as vezes que este homem ia para o seu sítio, ela para lá também se dirigia. E todas as vezes que se encontravam no tal sítio, ela levava surras brutais, tendo vez de quebrar os dentes. E todas as semanas ia ela à Promotoria. Isto foram várias e várias vezes. Era sempre assim.

Tive que intimar o homem e pedir para parar de surrar a mulher, até porque inquéritos não apuravam os fatos, mesmo porque não se tinha testemunhas.

Houve um caso também muito “interessante”. Todas as semanas a mulher vinha na Promotoria reclamar de um tal estuprador. Na verdade era um “estupro consensual” A soma dos fatos não caracterizava o estupro. Até que um dia este homem foi processado e condenado, salvo engano pela autoria de crime contra os costumes e lesões contra esta mesma mulher. Assim que ele foi para a prisão, eles resolveram se casar, e este casamento foi na Delegacia, vindo em seguida a ser extinta a punibilidade por uma daquelas causas que o casamento extingue a punibilidade do agressor.

Por fim, uma situação assustadora na comarca de Assis. Numa sexta-feira, vindo de uma visita à Cadeia, por volta das 18:00/18:30 hs., encontrei dois recados em minha mesa por funcionários do Cartório. O colega e funcionários do Forum já tinham quase todos ido embora. Um recado dizia: “ligar para a Corregedoria do MP”. O outro dizia: “ligar para a Procuradoria Geral do MP”. Foi de ficar arrepiado, embora não tivesse nada a temer. Mas não tem como ficar tranquilo. Liguei em cada lugar, e o assunto era o mesmo, ou seja, a promoção para o cargo de 37º Promotor da Capital, mas antes prestar serviços nas Promotorias Militares, sem antes passar por lá para receber instruções.

Santa Cruz do Rio Pardo, 20 de setembro de 2013.